**TERREIRO DE UMBANDA, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS**

*Luziara Miranda Novaes- UFRRJ*

*Paula dos Reis Moita-UFRRJ*

**Resumo:** O presente artigo  emerge do cruzamento do cotidiano do Terreiro de Umbanda Centro Espirita Justiça e Amor - CEJA com a necessidade deste espaço ser evidenciado  cada vez mais como lugar de cultura, educação e práticas antirracistas. São apresentadas ações e reflexões construídas através do  Terreiro com o objetivo de evidenciar e possibilitar os protagonismos das minorias constituintes e pertencentes a esse locus, como mulheres, população negra e LGBTQIA+ , em espaços e direitos historicamente negados a estes. O objetivo principal deste trabalho  é destacar as práticas de educação do Terreiro de Umbanda como espaço de estudo e valorização da História da África e dos Africanos, da luta e cultura dos negros no Brasil, e na formação da nossa sociedade. A história da própria Umbanda permeia e é permeada pelas questões em evidência no objetivo deste trabalho que tem como referencial teórico Nilma Lino e Marta Ferreira.

**Palavras-chave**: Educação de terreiro – Antirracismo – Umbanda

**Introdução**

A lei 10639/03 é um compromisso público com a população negra, sua história e sua cultura.

É um grande avanço no combate ao racismo no país, pois a referida lei é pode ser entendida como uma medida de ação afirmativa que visa à superação de desigualdades que atingem historicamente os negros.

O Centro Espírita Justiça e Amor - CEJA é um Terreiro de Umbanda[[1]](#footnote-1), que está localizado no bairro da Abolição, zona norte do Rio de Janeiro.

É um terreiro que existe há mais de 70 anos e que há aproximadamente 40 anos ocupa a atual sede.

Durante um tempo, ficou sem espaço físico fixo, fazendo giras na Praça Avaí, no Cachambi, antes de encontrar o espaço que até hoje ocupa.

Sob regência de seus orixás fundadores Oxum e Xangô que estão representados no nome Justiça de Xangô e Amor de Oxum, ao longo do tempo, o CEJA vem trabalhando espiritual e socialmente, na matriz africana não se dissocia um do outro e desta forma a egrogóra religiosa que comanda as ações do terreiro tem feito com sua comunidade ao longo do tempo.

Hoje, orientado por Yemanjá e Ogum, Seu Pena Branca e seu Cobra Coral, Maria Mulambo das 7 Encruzilhada e Pombogira das Almas, Pai Joaquim, a casa de axé tem alguns projetos na área da educação e da formação, que é aberto para todos os praticantes e não praticantes da religião.[[2]](#footnote-2)

Durante um tempo, ficou sem espaço físico fixo, fazendo giras na Praça Avaí, no Cachambi, antes de encontrar o espaço que até hoje ocupa.

Sob regência de seus orixás fundadores Oxum e Xangô, ao longo do tempo, o CEJA vem trabalhando espiritual e socialmente, na matriz africana não se dissocia um do outro e desta forma a egrogóra religiosa que comanda as ações do terreiro tem feito com sua comunidade ao longo do tempo.

O relato de experiência aqui apresentado é concebido e construído no seio das relações e ações educacionais e cotidianas do Terreiro de Umbanda CEJA.

As autoras do relato são parte da família estendida do CEJA.

Paula é uma mulher branca, cisnormativa, mãe de santo de Umbanda, filha de Iemanjá e Ogum, tem na condução dos seus caminhos Dona Maria Mulambo das Sete Encruzilhadas, pedagoga e docente da educação básica e da graduação de pedagogia.

Luziara é uma mulher preta, cisnormativa, mãe de pequena de Umbanda, filha de Dona Maria Mulambo das Sete Encruzilhadas, sobrinha de Dona Pombogira das almas, filha de Inhasã e Ogum, pedagoga e docente da educação básica.

O CEJA, já apresentado enquanto espaço de educação formal não escolar em pesquisas anteriores, se consolida enquanto espaço de enfrentamento dos racismos, evidência da História e Cultura Afro-Brasileira e, qualifica a partir de suas propostas o Terreiro de Umbanda como movimento social que lutaram/lutam por igualdade e equidade para a população negra e indígena do Brasil, o que relaciona as vivências do cotidiano desse axé diretamente com a lei 10639/03.

Uma das concepções possíveis de Movimentos Sociais o define como é a expressão da organização da sociedade civil, formada por **ações coletivas onde os indivíduos têm como objetivo alcançar mudanças sociais através do debate político dentro de um determinado contexto na sociedade**. Este tipo de expressão é característica de uma sociedade plural, pois ela age de forma coletiva para representar um movimento de resistência que luta contra p racimo e pelas diversas formas de inclusão social, características estas que estão presentes no cotidiano do CEJA.

A respeito dos movimentos sociais, Nilma Gomes (2017, p. 40) afirma: apesar da grande participação dos movimentos sociais como forma de organização da sociedade civil e de pressão sobre o Estado, nem todos ganharam a mesma visibilidade social política e acadêmica no cenário brasileiro, e que, enquanto sujeito coletivo esse movimento é visto como uma coletividade onde se elaboram identidades e se organizam. Tal afirmativa reafirma o espaço do Terreiro de Umbanda enquanto movimento social.

**Praticas educacionais antirracistas e os cotidianos de axé**

O Terreiro de Umbanda vive em seu cotidiano a lei 10649/03, mesmo, antes dela ser promulgada pois na sua essência promove e constrói ações de aquilombamento e milita no resgate e valorização da História e Cultura Afro-Brasileira. Sua existência, luta e persistência em existir e perpetuar sua história, cultura e tradição, por si só são materializações de práticas que promovem o previsto na lei 10.639/03.

O Terreiro de Umbanda CEJA promove a valorização da História e Cultura Afro-Brasileira a partir do exposto acima e de outras ações de educação formal não escolar. Para fins desse relato destacaremos as práticas construídas no seio do Projeto Sucursinho. Práticas estas que se desdobram em múltiplos braços como as atividades culturas e a semana Terreiro de Portas Abertas.

No ano de 2013, o CEJA recebe um número grande de jovens, o que influencia diretamente na consolidação da identidade do grupo jovem do Terreiro, que passa então a ser denominado de JuCEJA (Juventude do Centro Espírita Justiça e Amor). É interessante destacar que o pertencimento ao JuCEJA não está atrelado a uma faixa etária, e sim a uma identificação de pertencimento a este coletivo.

Os participantes do JuCEJA trazem em sua constituição a marca do preconceito, da discriminação e da marginalização social de múltiplas origens, visto que o grupo é constituído em sua maioria absoluta por pessoas negras, periféricas e de baixa renda.

Uma quantidade significativa dos membros do JuCEJA encontrava-se a margem do ensino regular e com dificuldade de se inserir (ou reinserir) no mercado de trabalho formal, fatos que são marcadores e reflexões discriminação sofridas ao longo de suas existências. Foi então que a espiritualidade, entendo a demanda sócio educacional que a casa recebia naquele momento idealizou, propôs e deu apoio ao nascimento do Projeto Sucursinho. A respeito do projeto, NOVAES, 2016, discorre:

Com a iniciativa de um apoio pedagógico aos jovens e adultos com defasagem e/ou evadido dos espaços formais escolares, prática atípica nas casas religiosas de matriz africana, identifica novas possibilidades para o indivíduo a partir dessas práticas nesse espaço onde se cultua a umbanda, e sua contribuição para a reinserção dos indivíduos nos espaços formais de escolarização e ampliação da escolaridade. Oportunizando os diversos grupos sociais, aos quais os indivíduos pertencem, o crescimento, o desenvolvimento e as possibilidades de se consolidar os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, em sua plenitude.

O projeto Sucursinho oferta atendimento gratuito aos indivíduos que precisam terminar Ensino fundamental e/ou médio e ampara e orienta a busca de certificação através do ENCEJA e do ensino supletivo através do sistema de módulos; oferece acompanhamento de estudos para quem esteja cursando Ensino Fundamental/Ensino médio regular; atua como preparatório para ingresso na universidade e assiste alunos do fundamental. Esse trabalho acontece através de orientação pedagógica, educacional e vocacional e de aulas coletivas e/ou individual.

As atividades culturais, outro desdobramento deste projeto, tem por objetivo a inserção destes sujeitos em espaços dos quais são excluídos, a respeito, MOITA, 2019, explica:

Na busca desses significados de si, do outro e da sociedade, as atividades culturais são oportunizadas pela casa através da mobilização e iniciativa de seus participantes e de parcerias que se apresentam. Teatro, música, arte, museus, palestras, oficinas, feiras, são alguns dos eventos já realizados nesse sentido. Muitos dos sujeitos pertencentes ao CEJA nunca haviam visitado um museu, ou ido ao teatro. Outras atividades interessantes e significativas são o Circuito Rio Antigo e os Caminhos do Imperador. A primeira que consiste num circuito guiado pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro observando, aprendendo e vivenciando fatos e espaços da história passada e presente e já aconteceu mais de uma vez com dinâmicas diferentes. A segunda foi um passeio por caminhos percorridos pelo Imperador e pelo Império, chegando até Petrópolis.

As relações, sentidos e significados tecidas ao longo das atividades culturais oportunizam além de vivencias e reconhecimento de identidades.

O evento denominado Terreiro de Portas Abertas, outra expansão das ações que nascem a partir do Projeto Sucursinho, acontece desde de 2017 e, como apresenta MOITA,2019:

O evento, que já alcançou sua terceira edição, recebe convidados diversos para uma semana repleta de atividades de diferentes naturezas: artes, música, cultura, resistência e muita troca de saberes e fazeres, destacando os aspectos da memória coletiva na religião de matriz africana numa busca de encontro e reconhecimento de pertencimento de si e do outro para que se enfrente com embasamento filosófico o racismo cultural religioso que se propaga e se perpetua no Brasil.

O terreiro que se coloca como um espaço de educação, de luta antirracista, de celebração da cultura negra, da ancestralidade, vive o compromisso público estabelecido a população negra, sua história, e sua cultura através da lei 10639/03, e, se consolida como movimento negro educador.

Reconhecer o Terreiro de Umbanda, como espaço de educação formal não escolar ,é importante não só para evidenciar este território enquanto lócus de vivencia e concretização da lei 10639/03, mas também para, demonstrar que ao ocuparmos e valorizarmos espaços pulsantes da História e Cultura Afro-Brasileira contribuímos com a consolidação do protagonismos desses espaços de saber ancestral que são legado e a possibilidade de, mais do que falar sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, mais vivencia-la e contribuir para que estes saberes não sejam mais continuem marginalizados pela sociedade.

**Considerações finais**

Finalizamos o presente relato convidando a reflexão, para que a aplicabilidade da lei 10639/03 possa ser pensada e concretizada nas práticas cotidianos para além do cotidiano escolar e seja cada vez mais inserida nos diversos espaços de educação, mais que isso, que venhamos a tecer novos fios e bordados de conhecimento a partir da conquista que é a lei 10640/03, reconhecendo e ocupando os espaços de cultura/história afro-brasileira para além do papel, construindo assim novas práticas e derrubando estigmas e preconceito.

Que possamos ir mais além ainda, para que a história e Cultura afro-brasileira além de se consolidar no espaço na escola, também receba a instituição escola nos seus espaços, seja no Terreiro de Umbanda, na roda de capoeira, no Jongo... Que onde houver materialização da história e Cultura afro-brasileira a escola se insira e vivencie esses espaços e sua riqueza e pluralidade de saberes/fazeres.

Deixamos o convite aos educadores para que visitem e participem com seus coletivos e alunos do cotidiano e das atividades do CEJA, afinal um Terreiro de Umbanda é possibilidade vivência desse legado histórico e cultural imensurável com o qual o povo negro nos presenteia.

**Referências bibliográficas**

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Vozes.2017.

**Moita**, Paula dos Reis. **Das leituras da vida para as vidas nas leituras: oralidade e letramento no terreiro de umbanda** / Paula dos Reis Moita. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Namastê, 2020. 166 p.

NOVAES, Luziara Miranda. **Centro Espírita Justiça e Amor: fonte de ampliação de conhecimento - Projeto Sucursinho e educação no terreiro de Umbanda**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar

PORFíRIO, Francisco. **"Movimentos sociais"**; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm. Acesso em 02 de fevereiro de 2024 .

1. A expressão Terreiro de Umbanda é posta com iniciais maiúsculas como mais um instrumento para reafirmar a identidade deste espaço [↑](#footnote-ref-1)
2. Para aprofundar os conhecimentos sobre o CEJA:

   NOVAES, Luziara Miranda Centro Espírita Justiça e Amor: fonte de ampliação de conhecimento - Projeto Sucursinho e educação no terreiro de Umbanda. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar

   Moita, Paula dos Reis Das leituras da vida para as vidas nas leituras: oralidade e letramento no terreiro de umbanda / Paula dos Reis Moita. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Namastê, 2020. 166 p. [↑](#footnote-ref-2)